LUÍS PAULO SIRVINSKAS

Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Doutor em Direito Ambiental e Mestre em Direito Penal pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito Penal pela Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo (FADUSP) e em Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior
do Ministério Público (ESMP). Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie.

Vice-Presidente da Academia de Letras, Ciências e Artes da Associação dos Funcionários
Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP). Eleito, pela classe, para compor o Conselho
Superior do Ministério Público — CSMP (biênio 2016/2017).

MANUAL DE DIREITO AMBIENTAL

16ª edição 2ª tiragem 2018



41 Di(81) 5621m 16.10 2 tin

Av. des Nações Unidas, 7.221, 1º endar, Sejor B Pinteiros - São Paulo - SP - CEP 05425-902

0800-0117875 De 24 a 64, das 8h às 18h

litorasaratva.com.br/contato

Eduardo Mufarej Presidente Vice-presidente Claudio Lensing

Diretora editorial Flávia Alves Bravin Conselho editorial

Presidente

Murilo Angeli Dias dos Santos Consultor acadêmico

Carlos Ragazzo

Gerência

Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller Concursos Roberto Navarro

> Legislação e doutrina Thais de Camargo Rodrigues

> > Edição Daniel Pavani Naveira

Producão editorial Ana Cristina Garcia (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa

Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa

Verônica Pivisan Reis Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Planejamento e processos

Juliana Boiczuk Fermino Kelli Priscila Pinto

> Fernando Penteado Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Marília Cordeiro

Diagramação e revisão Markelangelo Design e Projetos Editoriais Comunicação e MKT Carolina Bastos

Etaine Cristina da Silva

Casa de Ideias / Daniel Rampazzo Сара

Produção gráfica Marli Rampim <u>Impressão e acabamento</u> Bartira

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

ISBN 978-85-472-2237-6

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) AMBÉLICA L'ACQUA CRB-8/7057

Strvinstess, Lais Paulo

Marcai de disebo ambiestal / Luis Paulo Sevirsias. - 16. ed. - São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Directo ambiental - Brasil I, Tibelo.

1.4000

17-1146

CDU 34:502.7(81)

Índice para catálogo sistemático:

1, Brasil : Direito ambiental

34:502.7(81)

Data de techamento da edição: 2-10-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

604422

CAE | 623169

Sumário

Pre Ap	reviaturas e siglas
	Livro I
	Direito Material
	Título I DIREITO AMBIENTAL
	Capítulo I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
	<i>Seção I</i> Visão histórica
1. 2. 3.	Objetivo deste Manual. Universo, planeta Terra, espaço, tempo e vida Evolução da consciência ecológica 3.1. Documento 1 — Livro dos Mortos 3.2. Documento 2 — Tribo indígena Seattle 3.3. Documento 3 — Tribo indígena Sioux
4. 5. 6. 7. 8.	Histórico do meio ambiente no Brasil
	<i>Seção II</i> Visão contemporânea

84

1. Consciência ecológica e educação ambiental.....

1.1. Política Nacional de Educação Ambiental — PNEA	9
	9
1.3. Sugestão apresentada pelo Ministério Público paulista e apro-	
vada pelo Conselho Nacional de Educação	9
1.4. Ministério Público e educação ambiental	9
Ética ambiental e cidadania	9
Visão antropocêntrica, ecocêntrica e biocêntrica do meio ambiente	9
Necessidade da codificação da legislação ambiental	9
Seção III	
Ministerio Publico e meio ambiente	
	•
2.2. Metas dos núcleos de atuação regionalizada e da rede prote-	
tiva	1
	1
	1
•	1
<u> </u>	1
1	
	1
	1
	1
	1
	1
Plano anual de atuação do ivilhisterio Fublico do Estado de São Fadio	,
Capítulo II	
PROPEDÊUTICA DO DIREITO AMBIENTAL	
Seção I	
Direito ambiental	
Direito ambiental como disciplina curricular obrigatória	1
Direito ambiental empresarial	1
Direito ambiental na sociedade de risco	1
Estado de Direito Ambiental	1
Metodologia do direito ambiental	1
	vada pelo Conselho Nacional de Educação

6.	Autonomia do direito ambiental	115
7.	Fontes do direito ambiental	115
8.	Relação do direito ambiental com outros ramos do direito	115
	Seção II	
	Gestão ambiental	
1.	Alguns modelos eficazes de gestão ambiental	116
2.	Índice de Sustentabilidade das Empresas — ISE da Bovespa	116
3.	Petrobras e Bovespa	118
4.	Certificação do agronegócio	119
5.	Projeto Respira São Paulo	12 0
6.	Quanto um copo de suco de laranja contribui para o aquecimento	
	global?	121
7.	Plantação de algodão orgânico (já nasce colorido)	122
8.	Poder Judiciário: atitudes internas	123
9.	A EMBRAPA e suas pesquisas	123
	Supercomputador brasileiro	124
	Pesquisa de opinião: relatório de orientação às empresas	124
12.	OIT divulga relatório de números de postos denominados verdes	
	no Brasil	125
	Seção III	
	Meio ambiente e bem ambiental	
	Well difference a bell difference.	
1.	Meio ambiente	126
2.	Ecologia e meio ambiente	129
3.	Economia e ecologia	130
4.	Economia verde	131
5.	Bem ambiental	134
	5.1. Conceito	134
	5.2. Classificação	135
	5.3. Evolução	13 <i>€</i>
	5.4. Função social	137
	5.5. Natureza jurídica	138
	Seção IV	
	Princípios de direito ambiental	
	District to the first continued on the Continued of	120
1.	Princípios do direito ambiental: conceito e funções	139
2.	Princípios gerais do direito ambiental	141
3.	Princípios específicos do direito ambiental	142

	3.1. Princípio do direito humano
	3.2. Princípio do desenvolvimento sustentável
	3.3. Princípio democrático ou da participação
	3.4. Princípio da prevenção (precaução ou cautela)
	3.5. Princípio do equilíbrio
	3.6. Princípio do limite
	3.7. Princípio do poluidor-pagador, do usuário-pagador e do protetor-recebedor
	3.8. Princípio do não retrocesso ou da proibição do retrocesso
	3.9. Princípio da responsabilidade socioambiental
	3.10. Princípio da senciência
	•
	Título II
	TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE
	Capítulo I
	DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL
1.	Posição constitucional
2.	Meio ambiente nas Constituições brasileiras
	Capítulo II
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL E MEIO AMBIENTE
	Seção I
	Normas constitucionais específicas
	·
1.	T
2.	Norma fundamental (art. 225, caput)
	2.1. Meio ambiente ecologicamente equilibrado
	2.2. Meio ambiente como direito fundamental
	2.3. Responsabilidade intergeracional
3.	Normas destinadas ao Poder Público
	3.1. Processos ecológicos essenciais (§ 1º, I)
	3.2. Proteção da biodiversidade e do patrimônio genético (§ 1º, II)
	3.3. Microecossistemas (§ 1º, III)
	3.4. Estudo Prévio de Impacto Ambiental — EPIA (§ 1º, IV)
	3.5. Controle da produção, da comercialização e do emprego de
	técnicas, métodos e substâncias que causem risco à vida, à qua-
	lidade de vida e ao meio ambiente (§ 1º, V)
	3.6. Educação ambiental (§ 1º, VI)

	3.7. Proteção da flora e da fauna (§ 1º, VII)
4.	Normas destinadas aos particulares
	4.1. Obrigação da reparação dos danos causados pela atividade minerária (§ 2º)
	4.2. Responsabilidade criminal, civil e administrativa (§ 3º)
	4.3. Macroecossistemas (§ 4º)
	4.4. Indisponibilidade das terras devolutas ou arrecadadas para a
	proteção do meio ambiente (§ 5º)
	4.5. Atividade nuclear (§ 6º)
	Seção II
	Normas constitucionais gerais
	•
1.	Comentários às normas gerais
2.	Bens da União (art. 20)
3.	Bens dos Estados (art. 26)
4.	Articulação da ação da União num mesmo complexo geoeconô-
_	mico (art. 43)
5. 6.	Atribuições do Conselho de Defesa Nacional (art. 49)
7.	Ordem econômica e social (art. 170)
8.	Função normativa da atividade econômica do Estado (art. 174)
9.	Recursos naturais pertencentes à União (art. 176)
	Monopólio da União (art. 177)
	Política de desenvolvimento urbano (art. 182)
	Função social da propriedade rural e política agrícola (art. 186)
	Proteção do meio ambiente do trabalho (art. 200)
	Patrimônio cultural — Acesso pleno de todos (art. 215)
	Patrimônio cultural — Conceito (art. 216)
	Direito à informação e proteção da saúde e do meio ambiente
	(art. 220)
17.	Proteção das terras indígenas (arts. 231 e 232)
	Seção III
	Normas constitucionais de competência
1.	Comentários às normas de competência
2.	Competência material exclusiva
3.	Competência legislativa exclusiva
4.	Competência material comum
5.	Competência legislativa concorrente
	1 0

6.	Competência legislativa dos Municípios	202
7.	Lei Complementar n. 140/2011 — regulamenta o art. 23, parágra-	
	fo único, da Constituição Federal	204
8.	Cooperação, convênio e consórcio entre os entes federados	206
	Seção IV	
	Normas constitucionais de garantia	
	Comentários às normas de garantia	208
	Τίτυιο ΙΙΙ	_
	POLÍTICA, INSTRUMENTOS E SISTEMA NACIONAL I	00
	MEIO AMBIENTE	
	Capítulo I	
	POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (PNMA)	
1.	Política Nacional do Meio Ambiente	209
2.	Objeto	210
3.	Objetivos	210
4.	Princípios	211
5.	Diretrizes	212
6.	Instrumentos	212
	Capítulo II	
	INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO	
	MEIO AMBIENTE	
	Seção l	
	Padrões de qualidade ambiental	
1.	Padrões de qualidade ambiental	214
	1.1. Padrões de qualidade do ar	214
	1.2. Padrões de qualidade das águas	215
	1.3. Padrões de qualidade para ruídos	216
	Seção II	
	Zoneamento ambiental	
1.		216
2.	Competência constitucional do Poder Público	217

3.	Modalidades de zonas de uso industrial
	3.1. Zonas de uso estritamente industrial
	3.2. Zonas de uso predominantemente industrial
	3.3. Zonas de uso diversificado
	3.4. Zonas de reserva ambiental
	3.5. Graus de saturação das zonas
1.	Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE)
	4.1. Definição do ZEE
	4.2. Objetivo do ZEE
	4.3. Princípios do ZEE
	4.4. Diretrizes do ZEE
	4.5. Elaboração do ZEE
	4.6. Conteúdo do ZEE
5.	Direito adquirido de pré-ocupação e relocalização
6.	Lei de Zoneamento do município de São Paulo
7.	Instalação de comércio em zona estritamente residencial — Jurispru-
	dência
	Seção III
	Avaliação e relatório de impactos ambientais
	Availação e relatorio de impactos ambientais
١.	Avaliação de impactos ambientais
2.	Estudo prévio e relatório de impacto ambiental
	2.1. Estudo Prévio de Impacto Ambiental e do seu respectivo relató-
	rio (EPIA/RIMA)
	2.2. Evolução histórica da legislação ordinária sobre o Estudo
	Prévio de Impacto Ambiental (EPIA/RIMA)
	2.3. Competência administrativa para exigir o Estudo Prévio de Im-
	pacto Ambiental (EPIA/RIMA)
	2.4. Procedimento administrativo do Estudo Prévio de Impacto
	Ambiental (EPIA/RIMA)
	2.4.1. Exigências legais do Estudo Prévio de Impacto Ambien-
	tal (EPIA/RIMA)
	2.4.2. Audiência pública
3.	Relatório Ambiental Preliminar (RAP)
4.	Outras modalidades de estudos ambientais
	Outras modandades de estudos ambientais
	Seção IV
1	<i>Seção IV</i> Licenciamento ambiental
	Seção IV

2.	Licenciamento ambiental	
3.	Licença ambiental	
4.	Competência para outorga das licenças	
5.	Espécies e prazos de validade das licenças	
6.	Prazos para a concessão de licença de usina hidrelétrica	
7.	Hipóteses de desfazimento das licenças	
8.	Licenciamento Ambiental Unificado	
9.	O Ministério Público paulista e a Resolução n. 22, da SMA, de 16	
	de maio de 2007	
10.	Sistema de Licenciamento Ambiental Simplificado (SILIS)	
11.	Sistema Integrado de Licenciamento (SIL)	
12.	O Governo Federal baixou várias portarias com a finalidade de	
	acelerar o procedimento do licenciamento ambiental em diversos	
	setores	
	6 .	
	Seção V	
	Auditoria ambiental	
1.	Auditoria ambiental	
2.	Il Conferência Mundial da Indústria sobre a Gestão do Meio Am-	
	biente (Paris, 1991)	
3.	Periodicidade e conteúdo da auditoria ambiental	
4.	Monitoramento e inspeção ambiental	
5.	Auditor ambiental	
	5.1. Capacidade do auditor	
	5.2. Independência do auditor	
	5.3. Responsabilidade do auditor	
	Canza VII	
	<i>Seção VI</i> Outros instrumentos	
	Outros instrumentos	
1.	Outros instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente — PNMA	
2.	Incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou	
	absorção de tecnologia voltados à melhoria da qualidade ambiental.	
3.	Criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder	
٠.	Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção	
	ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas	
4.	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente	
5.	Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa	
٥.	Ambiental	

6.	das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação	
	ambiental	255
7.	Instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser	
	divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	
	e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA	255
8.	Garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente,	
	obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes	255
9.	Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras	
	e/ou utilizadoras dos recursos ambientais	250
10.	Instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão am-	
	biental, seguro ambiental e outros	25
	Capítulo III	
	SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SISNAMA)	
1.	Introdução	259
2.	Órgãos e poder de polícia	260
3.	Tributação ambiental	262
4.	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA)	26
	T(=, ,, a, 1) /	
	Τίτυιο IV TUTELA CIVIL DO MEIO AMBIENTE	
	Capítulo I	
	DANO AMBIENTAL	
	DANO AMBIENTAL	
1.	Dano ambiental: material e moral	26
2.	Reparação dos danos: teorias.	268
	2.1. Teoria subjetiva	268
	2.2. Teoria objetiva	269
	2.2.1. Teoria do risco integral	269
3.	Solidariedade passiva na reparação do dano	27
4.	Reparação do dano e seguro ambiental	27
	Capítulo II	
	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: TEORIA OBJETIVA	
	Seção I	
	Responsabilidade ambiental e inexistência de excludentes	

1.	Responsabilidade civil ambiental
2.	Responsabilidade objetiva — Omissão do Estado (jurisprudência)
3.	Responsabilidade do Estado
4.	Inexistência de excludentes
	4.1. Força maior
	4.2. Caso fortuito
	4.3. Fato de terceiro
	Seção II
	Legislação específica sobre responsabilidade objetiva
1.	Responsabilidade civil por dano causado por atividade poluidora
2.	Responsabilidade civil por dano causado por atividade nuclear
3.	Responsabilidade civil por dano causado ao patrimônio genético
4.	Responsabilidade civil por dano causado por atividade de mineração
5.	Responsabilidade civil por dano causado por agrotóxico
6.	Responsabilidade civil por dano causado por manuseio de rejeito
	perigoso
7.	Responsabilidade civil por dano causado na zona costeira
8.	Responsabilidade civil por dano causado por disposição inadequa-
	da de resíduos sólidos
	Capítulo III
	RESPONSABILIDADE OBJETIVA: POSIÇÃO DO STJ
	RESPONSABILIDADE OBJETIVA. POSIÇÃO DO 313
	Responsabilidade civil ambiental (apreciação da prova) — Jurispru-
	dência
	Τίτυιο V
	TUTELA DO MEIO AMBIENTE NATURAL
	Capítulo I
	QUALIDADE AMBIENTAL
	GOUTINGS VIMINITATIVE
1.	Meio ambiente natural
2.	Qualidade ambiental
3.	Poluição do meio ambiente
4.	Espécies de poluição

CAPÍTULO II ATMOSFERA

Seção I Noções introdutórias

1.	Atmosfera e poluição
2.	Poluente
3.	Poluidor
4.	Instrumentos administrativos para a prevenção da poluição do ar
5.	Normas de fixação de padrões de qualidade do ar
	5.1. A Resolução n. 315/2002 do CONAMA e o Ministério Pú-
	blico Federal
	5.2. Fontes estacionárias
	5.3. Fontes móveis
	5.4. Monitoramento da qualidade do ar
	5.5. Plano de emergência
6.	Programa ambiental de inspeção veicular
	6.1. Relatório da CETESB sobre a qualidade do ar em São Paulo
	6.2. Projeto Respira São Paulo
	6.3. O Ministério Público do Estado de São Paulo e a inspeção
	veicular
	6.4. Carbono negro: processo de combustão incompleta
	6.5. O governo federal divulga estudos sobre a poluição do ar
	6.6. A inspeção veicular e o CONAMA
7.	Alguns efeitos da poluição na saúde humana
	7.1. Exercícios aeróbicos em lugares poluídos
	7.2. Limites de poluentes nos principais centros urbanos
	7.3. A poluição tem influenciado o nascimento de crianças do sexo
	feminino
	7.4. Síndrome da classe econômica (trombose)
	7.5. A poluição prejudica os sistemas respiratório, circulatório, car-
	díaco, psicológico e reprodutor
	7.6. O tabagismo e suas consequências
	7.7. Alguns poluentes e seus efeitos
8.	A cidade de Cubatão ontem e hoje
	Seção II
	Aquecimento global
1	FC in our C
1.	Efeito estufa

1.2. Setor energético e consumo de petróleo mundial
1.3. Mudanças extremas do clima: inverno (mais frio) e verão (mai quente) 1.4. Rapidez das mudanças climáticas. 1.5. Não há mais espaço para o ceticismo. 1.6. Reflexo das mudanças climáticas no Brasil
1.4. Rapidez das mudanças climáticas. 1.5. Não há mais espaço para o ceticismo. 1.6. Reflexo das mudanças climáticas no Brasil
1.5. Não há mais espaço para o ceticismo
1.6. Reflexo das mudanças climáticas no Brasil
2.1. Erupções de vulcões submarinos (dados históricos)
2.1. Erupções de vulcões submarinos (dados históricos)
2.2. Erupções de vulcões terrestres (dados históricos)
2.3. Protocolo de Kioto: objetivos
2.4. Consequência do verão europeu de 2003 2.5. Cenários do aquecimento global futuros (2050, 2100 e 2500 3. Alguns impactos da mudança climática 3.1. Doenças 3.2. Antártida 3.2.1. Alguns estudos sobre o degelo na Antártida 3.2.2. Situação de algumas plataformas de gelo 3.2.3. Monitoramento das plataformas 3.2.4. Fenômeno interessante 3.2.5. Antártida versus Ártico 3.3.1. Alguns estudos sobre o degelo no Ártico 3.3.2. Permafrost no continente siberiano 3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana 3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
2.5. Cenários do aquecimento global futuros (2050, 2100 e 2500) 3. Alguns impactos da mudança climática
3.1. Doenças 3.2. Antártida 3.2.1. Alguns estudos sobre o degelo na Antártida 3.2.2. Situação de algumas plataformas de gelo 3.2.3. Monitoramento das plataformas 3.2.4. Fenômeno interessante 3.2.5. Antártida versus Ártico 3.3. Ártico 3.3.1. Alguns estudos sobre o degelo no Ártico 3.3.2. Permafrost no continente siberiano 3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana 3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.1. Doenças 3.2. Antártida 3.2.1. Alguns estudos sobre o degelo na Antártida 3.2.2. Situação de algumas plataformas de gelo 3.2.3. Monitoramento das plataformas 3.2.4. Fenômeno interessante 3.2.5. Antártida versus Ártico 3.3. Ártico 3.3.1. Alguns estudos sobre o degelo no Ártico 3.3.2. Permafrost no continente siberiano 3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana 3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.2. Antártida 3.2.1. Alguns estudos sobre o degelo na Antártida 3.2.2. Situação de algumas plataformas de gelo 3.2.3. Monitoramento das plataformas 3.2.4. Fenômeno interessante 3.2.5. Antártida versus Ártico 3.3. Ártico 3.3.1. Alguns estudos sobre o degelo no Ártico 3.3.2. Permafrost no continente siberiano 3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana 3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.2.1. Alguns estudos sobre o degelo na Antártida 3.2.2. Situação de algumas plataformas de gelo 3.2.3. Monitoramento das plataformas 3.2.4. Fenômeno interessante 3.2.5. Antártida versus Ártico 3.3. Ártico 3.3.1. Alguns estudos sobre o degelo no Ártico 3.3.2. Permafrost no continente siberiano 3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana 3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.2.2. Situação de algumas plataformas de gelo
3.2.3. Monitoramento das plataformas 3.2.4. Fenômeno interessante 3.2.5. Antártida versus Ártico. 3.3. Ártico 3.3.1. Alguns estudos sobre o degelo no Ártico 3.3.2. Permafrost no continente siberiano 3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana 3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.2.4. Fenômeno interessante 3.2.5. Antártida versus Ártico. 3.3. Ártico 3.3.1. Alguns estudos sobre o degelo no Ártico. 3.3.2. Permafrost no continente siberiano. 3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana. 3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.2.5. Antártida versus Ártico 3.3. Ártico 3.3.1. Alguns estudos sobre o degelo no Ártico 3.3.2. Permafrost no continente siberiano 3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana 3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.3. Ártico 3.3.1. Alguns estudos sobre o degelo no Ártico 3.3.2. Permafrost no continente siberiano 3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana 3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.3.1. Alguns estudos sobre o degelo no Ártico
3.3.2. Permafrost no continente siberiano 3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana 3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.3.3. Permafrost na plataforma marinha siberiana
3.4. Groenlândia 3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.5. Correntes marinhas 3.6. Glaciares 3.7. Geleiras
3.6. Glaciares
3.7. Geleiras
2.0 Diminutes 4
3.8. Diminuição da capacidade de sequestro de carbono pelo mar
3.9. Diminuição de oxigênio marinho
3.10. Floresta (efeito albedo)
3.11. Variação de temperatura e índice pluviométrico
3.12. Destruição de pântanos
3.13. Segurança alimentar
3.14. Deslocados ambientais ou climáticos
4. Relatório do IPCC sobre mudança climática
4.1. Relatório do Laboratório Oceanográfico Proudman, de Li-
verpool (Inglaterra)
4.2. Relatório "State of the Future 2009", da Unesco, do Banco
Mundial e da Fundação Rockefeller (EUA)

	4.3. Estudo do Centro Nacional de Estudos Espaciais de Toulouse
	(França)
	4.4. Estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisas sobre Impactos
_	Climáticos de Potsdam (Alemanha)
5.	Mitigação da mudança climática
	5.1. Consumo de carne e emissão de CO ₂
	5.2. Agropecuária e emissão de CO ₂
	5.3. Desmatamento e emissão de CO ₂
	5.4. Prefeitos das principais cidades do mundo reúnem-se para
	discutir a redução de CO ₂
6.	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)
	6.1. Reduções Certificadas de Emissão (RCEs)
	6.2. Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD)
	6.3. Prefeitura de São Paulo comercializa créditos de carbono na
	BM&F
7.	Plano Nacional sobre Mudanças do Clima do Brasil
	Seção III
	Outros fenômenos atmosféricos
ŀ.	Smog
2.	Inversão térmica
3.	Chuvas ácidas
4.	Camada de ozônio
	4.1. Ozônio na baixa atmosfera (troposfera): prejudicial à saúde
	humana
	4.2. Ozônio na alta atmosfera (estratosfera): filtra os raios ultravio
	leta
	4.3. Medições diárias do ozônio pelo INPE
	Seção IV
	Queimadas
1.	Queimada como forma de limpeza do solo
2.	Queimadas agropastoris e florestais
	2.1. Queimada controlada: posição legal
	2.2. Queimada controlada: posição do STJ
3.	Queima da palha da cana-de-açúcar: danos à saúde humana e ao meio
٥.	ambiente
	3.1 Danos à saúde humana e aumento do consumo de água

	3.2. Pesquisa demonstra o aumento de nascimento de crianças com baixo peso
	3.3. Estudo comprova o aumento de doenças respiratórias em
	crianças e em idosos
	3.4. Vinhaça utilizada como fertilizante pode causar danos ao meio
	ambiente
4.	O governo do Estado de São Paulo e a queima da palha da cana-
	-de-açúcar
5.	Hipóteses de suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar
6.	Competência municipal para legislar sobre a queima da palha da
	cana-de-açúcar
	Seção V
	Radiações nucleares
	-
1.	Energia nuclear e poluição
2.	Utilização da energia nuclear para fins pacíficos: desarmamento
_	nuclear
3.	Preocupação mundial sobre o uso da energia nuclear
	3.1. Acidentes nucleares no mundo
	3.2. Energia nuclear como melhor alternativa
	3.3. Energia nuclear e aquecimento global
4.	Instrumentos legais de controle da atividade nuclear
5.	Prevenção do dano nuclear
	5.1. Medidas preventivas
	5.2. Instalação de usinas nucleares
6.	5.3. Rejeitos radioativos
7.	Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)
/.	Comissão i vacional de Energia i vuelcar (Civery)
	Seção VI
	Radiações eletromagnéticas
1.	Introdução
2.	Radiações eletromagnéticas e poluição
3.	Danos causados à saúde humana
4.	Estudos científicos.
5.	Princípio da precaução.
6.	Limites das radiações.
7.	Estações de radiobase — ERBs
8.	Legislação específica
9	Ação Civil Pública e poluição

	Competência legislativa municipal — Jurisprudência
11.	Infrações administrativas e penais
	Capítulo III
	RECURSOS HÍDRICOS
	Seção I
	Noções introdutórias
1.	Recursos hídricos e poluição
2.	Ciclo hidrológico
3.	Classificação legal dos recursos hídricos.
4.	Águas sob jurisdição nacional: interiores e marinhas
5.	Problemática do uso da água
	5.1. Disponibilidade de água no planeta
	5.2. Desperdício na distribuição e no uso da água
	5.3. Consequências da falta e da má qualidade da água
	5.4. Alguns exemplos de consumo de água pela agricultura e in-
	dústria
	5.5. Irrigação inadequada
6.	Importância e doenças transmitidas pela água
7.	Algumas causas da poluição e escassez dos recursos hídricos
	7.1. Poluição das bacias hidrográficas
	7.2. Reservas e escassez dos recursos hídricos
	7.3. Águas subterrâneas: aquífero Guarani
	7.4. Mananciais: Billings, Guarapiranga e Serra da Cantareira
	7.5. Principais medidas para conter o avanço da poluição dos
	recursos hídricos na região metropolitana de São Paulo
	7.6. Mudança climática causa seca severa em São Paulo
	7.7. O Ministério Público e a falta de água em São Paulo
8.	Declaração universal dos direitos da água
9.	Instrumentos legais de defesa dos recursos hídricos
	Seção II
	Política Nacional de Recursos Hídricos
1.	Fundamentos dos recursos hídricos
	1.1. Recursos hídricos — Bens de domínio público
	1.2. Recursos hídricos — Limitados e dotados de valor econômico
	1.3. Uso prioritário dos recursos hídricos
	1.4. Uso múltiplo dos recursos hídricos
	1.5. A bacia hidrográfica como unidade territorial

	1.6. A gestão dos recursos hídricos
2.	Objetivos dos recursos hídricos
3.	Diretrizes dos recursos hídricos
4.	Instrumentos dos recursos hídricos
5.	Outorga do direito de uso dos recursos hídricos
	5.1. Natureza jurídica da outorga
	5.2. Usos sujeitos à outorga
	5.3. Usos insignificantes.
	5.4. Suspensão da outorga
6.	Outorga dos recursos hídricos no Estado de São Paulo
7.	Cobrança pelo uso dos recursos hídricos
8.	Planos dos recursos hídricos
	Seção III
	Recursos hídricos e energia
1.	Energia (produção versus consumo)
2.	Barragens
3.	Hidrelétricas
4.	Construção de hidrelétrica: necessidade de EPIA/RIMA
	4.1. Impactos positivos
	4.2. Impactos negativos
5.	Hidrelétrica de Belo Monte: problema ou solução?
6.	Outras matrizes energéticas
	6.1. Hidrelétricas <i>versus</i> usinas termelétricas
	6.2. Biocombustível versus segurança alimentar
	6.3. Investimento em energia limpa
	6.4. Energia limpa: biocombustível e energia nuclear
	6.5. Democratização do acesso à energia (Luz para Todos)
	6.6. Energia solar em São Paulo
	Seção IV
	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
1.	Introdução
2.	Órgãos
3.	Atribuições
<i>3</i> .	Gestão integrada das águas: o Poder Público e a comunidade
	Seção V
	Política Nacional de Saneamento Básico
1	Introducão

	1.1. Situação mundial
	1.2. Situação brasileira
	1.3. Situação paulista
	1.4. Investimentos em novas tecnologias para tratamento de água
	e esgoto
	1.5. Universalidade da prestação desse serviço público essencial
	1.6. Parceria público-privada na gestão do saneamento básico
2.	Saneamento básico
3.	Princípios fundamentais
4.	Diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico
5.	Titularidade e planejamento
6.	Agência reguladora
7.	Licenciamento ambiental simplificado de sistemas de esgotamento
	sanitário
8.	Tratamento do esgoto por meio de biodigestor ou biossistema inte-
	grado
9.	A SABESP e o Projeto Tietê
10.	O Ministério Público paulista e o saneamento básico
	Reparação ambiental pelo loteamento clandestino na represa Billings
	(STJ) e decisões do TJSP (acórdão) e do 1º grau (sentença), proibin-
	do o lançamento de esgoto em cursos d'água — Jurisprudência
12.	Infrações administrativas e penais
	Capítulo IV
	SOLO
	Solo: conceito e modalidades de poluição.
	Control
	Seção I
	Agropecuária
1.	Agropecuária e poluição
2.	Proteção legal
3.	Política agrícola
٠.	
	Seção II
	Resíduos sólidos
1	P(1
1.	Resíduos sólidos e poluição.
2.	1 ,
Э.	Política Nacional de Resíduos Sólidos — PNRS

	3.1.	Objeto e campo de aplicação	485
	3.2.	Princípios	486
	3.3.	Objetivos	487
	3.4.	Instrumentos	487
	3.5.	Diretrizes e classificação	488
		Planos	489
	3.7.	Logística reversa, ciclo de vida do produto, acordo setorial e	
		responsabilidade compartilhada	49 0
	3.8.	Instrumentos econômicos	492
	3.9.	Decreto regulamentador	492
4.	Polít	ica Estadual de Resíduos Sólidos — PERS	494
	4.1.	Conceito	494
	4.2.	Categorias	495
	4.3.	Planos de manejo e limpeza urbana	496
5.	Out	ras categorias de resíduos sólidos	497
	5.1.	Resíduos de serviços de saúde	497
	5.2.	Resíduos sólidos industriais	498
	5.3.	Resíduos gerados nos processos de tratamento de esgoto sa-	
		nitário	499
	5.4.	Resíduos tecnológicos	499
	5.5.	Resíduos espaciais	500
6.		ino dos resíduos sólidos	503
		Depósito a céu aberto (não há reaproveitamento de matéria	
		nem de energia)	505
	6.2.	Depósito em aterro sanitário (não há reaproveitamento nem	
		de matéria nem de energia)	506
	6.3.	Usina de compostagem (há reaproveitamento de matéria or-	
		gânica, mas não de energia)	507
	6.4.	Usina de reciclagem (há reaproveitamento de matéria e de	
		energia)	507
	6.5.	Usina de incineração (não há reaproveitamento nem de ma-	
		téria nem de energia)	509
	6.6.	Usina verde (não há reaproveitamento de matéria, mas so-	
		mente de energia)	510
7.	Lice	nciamento ambiental e fiscalização de Centro de Tratamento de	
	Resí	duos Sólidos	511
8.		antação de aterros sanitários de pequeno porte	513
9.	_	nitérios horizontais e contaminação do solo	514
10.		overno do Estado de São Paulo e os resíduos sólidos	515
11.	Infra	ções administrativas e penais	516

Seção III Rejeitos perigosos

1.	Rejeitos perigosos e poluição	
2.	Instrumentos legais de controle dos rejeitos perigosos	
3.	Classificação dos rejeitos perigosos	
4.	Controle dos rejeitos perigosos	
5.	Eliminação dos rejeitos perigosos	
	5.1. A biotecnologia a serviço da limpeza de resíduos nocivos	
	5.2. Destino das pilhas e baterias	
	5.3. Importação de pneumáticos usados	
	5.4. Decisão do STF sobre a importação de pneumáticos usados	
6.	Descarte de sobras de tintas e solventes	
7.	Casuísticas	
8.	Infrações administrativas e penais	
	Cocão IV	
	Seção IV	
	Agrotóxicos	
1.	Agrotóxicos e poluição	
2.	Danos causados à fauna e à saúde humana	
3.	Instrumentos legais de controle de agrotóxicos	
4.	Controle de agrotóxicos	
5.	Registro da empresa	
6.	Comercialização e transporte de agrotóxicos	
7.	Importação e exportação de agrotóxicos	
8.	Armazenagem e embalagem de agrotóxicos	
9.	Competência municipal para legislar sobre uso de agrotóxico — Ju-	
	risprudência	
10.	. O IBAMA e o agrotóxico	
	. Infrações administrativas e penais	
	· ·	
	Seção V	
	Mineração	
1.	Mineração e poluição	
	1.1. Formas de exploração de minérios: pesquisa, lavra, extração,	
	jazida, mina e garimpagem	
	1.2. Mapeamento de garimpos ilegais realizado pelo Serviço Geo-	
	lógico do Brasil — SGB	
2.	Instrumentos legais de controle da atividade de mineração	
	2.1. Bens ambientais da União	

	2.2. Competência constitucional	534
	2.3. Legislação infraconstitucional	534
	2.4. Governo do Estado de São Paulo proíbe o emprego de amian-	
	to por meio da Lei n. 12.684/2007: FIESP propõe ADIn em fa-	
	ce da lei de São Paulo e ANPT e ANAMATRA interpõem	
	ADIn pedindo o seu banimento — posição do STF	535
	2.5. Produção mundial de nióbio	536
3.	Áreas restritas à exploração de minérios	537
4.	Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA/RIMA)	537
5.	Licenciamento	538
6.	Casuísticas	539
7.	Infrações administrativas e penais	541
	Seção VI	
	Áreas contaminadas	
1.	Introdução	541
2.	Proteção legal	542
	2.1. Legislação federal	542
	2.2. Legislação estadual	542
3.	A CETESB e as áreas contaminadas	543
4.	Áreas remediadas ou reabilitadas	544
5.	Averbação enunciativa ou mera notícia no Cartório de Imóveis	
	do cadastramento de áreas contaminadas feito pela CETESB	545
6.	Requisitos para averbação de áreas contaminadas	546
7.	Casuísticas	547
	Capítulo V	
	FLORA	
	Espaços territoriais especialmente protegidos	548
	Seção I	
	Proteção legal	
1.	Flora	548
2.	Instrumentos legais de defesa da flora	549
	Seção II	
	Macroecossistemas	
1.	Macroecossistemas	550
2.	Floresta Amazônica (Bioma Amazônica)	551

	2.1. Secas versus savana	551
	2.2. Secas versus CO ₂	552
	2.3. Desmatamento versus clima no sul do país	552
3.	Mata Atlântica (Bioma Mata Atlântica)	553
	3.1. Objeto e campo de aplicação	554
	3.2. Objetivos	555
	3.3. Princípios	555
	3.4. Regime jurídico	555
	3.4.1. Regime jurídico geral	556
	3.4.2. Regime jurídico especial	556
	3.5. Incentivos econômicos	557
4.	Serra do Mar	557
5.	Pantanal Mato-Grossense (Bioma Pantanal)	557
6.	Zona Costeira	558
7.	Cerrado (Bioma Cerrado)	558
	7.1. Riqueza da biodiversidade	558
	7.2. Reparação de danos a desmatamento de cerrado — Jurispru-	
	dência	559
8.	Caatinga (Bioma Caatinga)	560
9.	Pampa (Bioma Pampa)	561
10.	Araucária (Bioma Araucária)	561
	Seção III	
	Microecossistemas	
1.	Unidades de Conservação	562
2.	Conceito de Unidades de Conservação	562
3.	Categorias de Unidades de Conservação	563
	3.1. Unidades de Conservação de Proteção Integral	564
	3.2. Unidades de Conservação de Uso Sustentável	565
4.	Instituição de Unidades de Conservação	567
5.	Limitações administrativas	567
6.	Alteração e extinção de Unidades de Conservação	568
7.	Gestão das Unidades de Conservação	569
8.	Corredores ecológicos, zonas de amortecimento e mosaicos	569
9.	Desapropriação ambiental	570
10.	Compensação ambiental: posição do STF	571
	Populações tradicionais	573
	Exploração de recursos ambientais	575
	Reservas da biosfera	575
	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade —	
	ICMBIO	576

Seção IV Florestas públicas e outras reservas

1.	Conceito e classificação de floresta
	1.1. Florestas públicas (nacionais, estaduais e municipais)
	1.2. Gestão de florestas públicas para produção sustentável
	1.3. Concessão florestal
	1.4. Instrumentos econômicos
2.	Convenção de Ramsar (Proteção das zonas úmidas e dos hábitats
	das aves aquáticas)
3.	Jardins Zoológicos e Botânicos
	Seção V
	Código Florestal
1.	Introdução
2.	Regime jurídico
	2.1. Áreas de Preservação Permanente — APP(s)
	2.2. Reserva Florestal Legal — RFL
	2.3. O Código Florestal e o TAC
3.	Áreas de Uso Restrito
4.	Cadastro Ambiental Rural — CAR
5.	Exploração florestal
6.	Controle da origem dos produtos
7.	Uso de fogo e controle de incêndios
8.	Controle do desmatamento
9.	Agricultura familiar
10.	Programa de incentivos à preservação do meio ambiente
11.	Fiscalização
	Seção VI
	Áreas de Preservação Permanente — APP(s)
1.	Áreas de preservação permanente
	1.1. Delimitação das APP(s)
	1.2. Regime protetivo das APP(s)
2.	Áreas verdes urbanas
	2.1. Áreas urbanas
	2.2. Áreas verdes
	2.3. Faixas marginais nos cursos de rios e reservatórios artificiais
	2.4. Áreas urbanas consolidadas: regularização de assentamentos
	habitacionais

Seção VII Reserva Florestal Legal — RFL

1.	Reserva florestal legal		
	1.1. Delimitação das RFL(s)		
	1.2. Regime protetivo das RFL(s)		
2.	Instrumentos legais disciplinadores da reserva legal		
3.	Vegetação da reserva		
4.	Características da reserva florestal		
	4.1. Inalterabilidade da destinação		
	4.2. Restrições legais da exploração		
	4.3. Gratuidade da constituição da reserva		
	4.4. Averbação da reserva no cartório de registro de imóveis ou		
	inscrição no Cadastro Ambiental Rural — CAR		
	4.4.1. Infração administrativa		
	4.4.2. Critérios para a recomposição ou compensação das áreas		
	consolidadas		
	4.5. Demarcação da reserva		
	4.6. Isenção tributária		
5.	Instrumentos processuais		
6.	Ministério Público goiano e áreas de preservação permanente e		
	reservas florestais legais		
7.	Infrações administrativas e penais		
	Seção VIII		
	Supressão de vegetação para uso alternativo do solo		
1.	. 1		
2.	resident residents institution por resimilarities.		
	2.1. Supressão total ou parcial da vegetação		
	2.1.1. Fundamento constitucional da Resolução n. 369/2006		
	do CONAMA		
	2.1.2. Excepcionalidade da autorização para intervenção em		
	Áreas de Preservação Permanente		
	2.1.3. Conceitos e restrições em caso de intervenção em áreas		
	declaradas de utilidade pública, interesse social ou de		
	baixo impacto ambiental		
	2.1.4. O Ministério Público paulista e a Resolução n. 369/2006		
	do CONAMA		
	2.2. Indenização		
3.	Áreas de preservação permanente instituídas pelo Poder Público		

	3.1. Supressão total ou parcial da vegetação
	Seção IX
	Listas da flora ameaçada de extinção
1. 2.	Lista nacional das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção Lista do Estado de São Paulo das espécies da flora ameaçadas de extinção
	Capítulo VI FAUNA
	<i>Seção I</i> Proteção legal
1.	Fauna
2.	Instrumentos legais de defesa da fauna
	2.1. Termo de Depósito ou Guarda de Animal Silvestre (TDAS e TGAS)
	2.2. Competência para processar e julgar as questões relacionadas
	com a fauna
3.	Declaração Universal dos Direitos dos Animais
4.	Fauna silvestre
5.	A fauna no Código Civil de 1916
6.	A fauna silvestre como bem ambiental
	Seção II
	Caça e pesca
1.	A caça
	1.1. Caça predatória
	1.1.1. Caça profissional
	1.1.2. Caça sanguinária
	1.2. Caça não predatória
	1.2.1. Caça de controle
	1.2.2. Caça esportiva ou amadorista
	1.2.3. Caça de subsistência
	1.2.4. Caça científica
2.	Instrumentos e locais proibidos à caça
3.	A pesca
	3.1. Política pesqueira

	3.2. Ação Civil Pública e a pesca	640
	3.3. Mapeamento das espécies aquáticas ameaçadas de extinção	642
4 .	Instrumentos e locais proibidos à pesca	642
5.	O Poder Público e a caça e a pesca	643
6.	Comercialização da fauna silvestre e de seus produtos	644
	Seção III	
	Crueldade contra animais	
1.	Crueldade e maus-tratos contra animais	645
2.	Estado de São Paulo veda sacrificio desnecessário de animais sadios	648
3.	Procedimentos cirúrgicos em animais de produção e silvestres e	
	cirurgias estéticas mutilantes em pequenos animais	650
4.	O Código Paulista de Proteção dos Animais e a Lei municipal da	
	cidade de Mauá proíbem maus-tratos de animais em espetáculos	
	públicos	651
5.	Maus-tratos de animais utilizados em circos — Jurisprudência	652
6.		653
	6.1. Farra do boi	653
	6.2. Tourada	653
	6.3. Rodeio	654
	6.4. Vaquejada	655
	6.5. Rinha	655
	6.6. Carreira de "boi cangado"	655
7.	Abatedouro e outros exemplos de crueldade	656
8.	Sacrificio de animais em rituais, cultos e liturgias de religiões	
	afro-brasileiras	659
9.	Vivissecção, experimentação e pesquisas com animais vivos	660
	Seção IV	
	Causas da extinção da fauna	
1.	Tráfico de animais silvestres	663
2.	Outra causa da extinção das espécies da fauna silvestre e marinha	665
	2.1. Histórico da extinção das espécies no planeta "Big Five"	666
	2.2. Poluição marinha e mudança climática	667
	2.3. A destruição dos hábitats e das espécies invasoras ameaça a	
	biodiversidade	669
	2.4. Mudança climática e os pinguins	670
	2.5. Mudança climática e as plantas, corais, estrelas-do-mar, mo-	
	luscos, mexilhões e outras espécies	671
	2.6. Mudança climática e os insetos	672

	2.7. Censo e pesquisa do reino animal demonstram a diminuição da biodiversidade no mundo
3.	O Ministério Público e a fauna
<i>3</i> .	Infrações administrativas e penais
٦.	mirações administrativas e penais
	Seção V
	Listas da fauna ameaçada de extinção
1.	Lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção
2.	Lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção do Estado de São
	Paulo
	Capítulo VII
	BIODIVERSIDADE
	Seção I
	Noções introdutórias
1.	Conceitos relevantes
2.	Biodiversidade
3.	Biopirataria
	Seção II
	Política Nacional da Biodiversidade
1.	Proteção legal
2.	Valor intrínseco da biodiversidade
3.	Princípios da Política Nacional da Biodiversidade
4.	Diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade
5.	Objetivo geral da Política Nacional da Biodiversidade
	Seção III
	Componentes da Política Nacional da Biodiversidade
1.	Introdução
2.	Conhecimento da biodiversidade
3.	Conservação da biodiversidade
4.	Utilização sustentável dos componentes da biodiversidade
5.	Monitoramento, avaliação, prevenção e mitigação de impactos sobre a biodiversidade
6.	Acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais
	associados à repartição de beneficios

8. Fortalecimento jurídico e institucional para gestão da biodiversidade	7.	Educação, sensibilização pública, informação e divulgação sobre biodiversidade
9. Infrações administrativas e penais	8.	Fortalecimento jurídico e institucional para gestão da biodiversi-
PATRIMÔNIO GENÉTICO Seção I Noções introdutórias 1. Conceitos relevantes 2. Patrimônio genético 3. Organismo geneticamente modificado (OGM) 4. Engenharia genética 5. Projeto Genoma 6. Biotecnologia. 7. Biossegurança 8. Bioética 9. Biodireito Seção II Proteção legal 1. Benefícios e riscos causados pela engenharia genética 2. Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético. 3. Engenharia genética e a Lei n. 11.105/2005 5. Exercício das atividades de engenharia genética 6. Fiscalização e engenharia genética 7. Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte 8. Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 9. Restrições das atividades relacionadas com OGM 10. Clonagem 11. Monitoramento das atividades relacionadas com OGM 12. Conselho Nacional de Biossegurança 13. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	9.	
Seção I Noções introdutórias 1. Conceitos relevantes 2. Patrimônio genético 3. Organismo geneticamente modificado (OGM) 4. Engenharia genética 6. Biotecnologia 7. Biossegurança 8. Bioética 9. Biodireito Seção II Proteção legal 1. Benefícios e riscos causados pela engenharia genética 2. Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético 3. Engenharia genética e a Lei n. 11.105/2005 4. Objetivos da Lei n. 11.105/2005 5. Exercício das atividades de engenharia genética 6. Fiscalização e engenharia genética 7. Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte 8. Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 9. Restrições das atividades relacionadas com OGM 10. Clonagem 11. Monitoramento das atividades relacionadas com OGM 12. Conselho Nacional de Biossegurança 13. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança		
Noções introdutórias 1. Conceitos relevantes		PATRIMÔNIO GENÉTICO
1. Conceitos relevantes 2. Patrimônio genético 3. Organismo geneticamente modificado (OGM) 4. Engenharia genética 5. Projeto Genoma 6. Biotecnologia 7. Biossegurança 8. Bioética 9. Biodireito Seção II Proteção legal 1. Benefícios e riscos causados pela engenharia genética 2. Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético 3. Engenharia genética e a Lei n. 11.105/2005 4. Objetivos da Lei n. 11.105/2005 5. Exercício das atividades de engenharia genética 6. Fiscalização e engenharia genética 7. Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte 8. Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 9. Restrições das atividades relacionadas com OGM 10. Clonagem 11. Monitoramento das atividades relacionadas com OGM 12. Conselho Nacional de Biossegurança 13. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança		•
2. Patrimônio genético 3. Organismo geneticamente modificado (OGM) 4. Engenharia genética 5. Projeto Genoma 6. Biotecnologia 7. Biossegurança 8. Bioética 9. Biodireito Seção II Proteção legal 1. Benefícios e riscos causados pela engenharia genética 2. Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético 3. Engenharia genética e a Lei n. 11.105/2005 4. Objetivos da Lei n. 11.105/2005 5. Exercício das atividades de engenharia genética 6. Fiscalização e engenharia genética 7. Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte 8. Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 9. Restrições das atividades relacionadas com OGM 10. Clonagem 11. Monitoramento das atividades relacionadas com OGM 12. Conselho Nacional de Biossegurança 13. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança		Noções introdutórias
3. Organismo geneticamente modificado (OGM) 4. Engenharia genética	1.	Conceitos relevantes
4. Engenharia genética 5. Projeto Genoma 6. Biotecnologia 7. Biossegurança 8. Bioética 9. Biodireito Seção II Proteção legal 1. Beneficios e riscos causados pela engenharia genética 2. Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético 3. Engenharia genética e a Lei n. 11.105/2005 4. Objetivos da Lei n. 11.105/2005 5. Exercício das atividades de engenharia genética 6. Fiscalização e engenharia genética 7. Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte 8. Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 9. Restrições das atividades relacionadas com OGM 10. Clonagem 11. Monitoramento das atividades relacionadas com OGM 12. Conselho Nacional de Biossegurança 13. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	2.	Patrimônio genético
 Projeto Genoma Biotecnología Biossegurança Bioética Biodireito Seção II Proteção legal Benefícios e riscos causados pela engenharia genética Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético Engenharia genética e a Lei n. 11.105/2005 Objetivos da Lei n. 11.105/2005 Exercício das atividades de engenharia genética Fiscalização e engenharia genética Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 Restrições das atividades relacionadas com OGM Clonagem Monitoramento das atividades relacionadas com OGM Conselho Nacional de Biossegurança Comissão Técnica Nacional de Biossegurança 	3.	
6. Biotecnologia	4.	
 Biossegurança Bioética Biodireito Seção II Proteção legal Benefícios e riscos causados pela engenharia genética Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético Engenharia genética e a Lei n. 11.105/2005 Objetivos da Lei n. 11.105/2005 Exercício das atividades de engenharia genética Fiscalização e engenharia genética Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 Restrições das atividades relacionadas com OGM Clonagem Monitoramento das atividades relacionadas com OGM Conselho Nacional de Biossegurança Comissão Técnica Nacional de Biossegurança 	5.	Projeto Genoma
 Bioética Biodireito Seção II Proteção legal Benefícios e riscos causados pela engenharia genética Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético Engenharia genética e a Lei n. 11.105/2005 Objetivos da Lei n. 11.105/2005 Exercício das atividades de engenharia genética Fiscalização e engenharia genética Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 Restrições das atividades relacionadas com OGM Clonagem Monitoramento das atividades relacionadas com OGM Conselho Nacional de Biossegurança Comissão Técnica Nacional de Biossegurança 	6.	Biotecnologia
 Seção II Proteção legal Benefícios e riscos causados pela engenharia genética Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético	7.	
Seção II Proteção legal 1. Benefícios e riscos causados pela engenharia genética	8.	
Proteção legal 1. Benefícios e riscos causados pela engenharia genética	9.	Biodireito
Proteção legal 1. Benefícios e riscos causados pela engenharia genética		Secão II
 Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético		•
 Engenharia genética e a Lei n. 11.105/2005 Objetivos da Lei n. 11.105/2005 Exercício das atividades de engenharia genética Fiscalização e engenharia genética Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 Restrições das atividades relacionadas com OGM Clonagem Monitoramento das atividades relacionadas com OGM Conselho Nacional de Biossegurança Comissão Técnica Nacional de Biossegurança 	1.	Beneficios e riscos causados pela engenharia genética
 Engenharia genética e a Lei n. 11.105/2005 Objetivos da Lei n. 11.105/2005 Exercício das atividades de engenharia genética Fiscalização e engenharia genética Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 Restrições das atividades relacionadas com OGM Clonagem Monitoramento das atividades relacionadas com OGM Conselho Nacional de Biossegurança Comissão Técnica Nacional de Biossegurança 	2.	Instrumentos legais de defesa do patrimônio genético
 Exercício das atividades de engenharia genética Fiscalização e engenharia genética Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 Restrições das atividades relacionadas com OGM Clonagem Monitoramento das atividades relacionadas com OGM Conselho Nacional de Biossegurança Comissão Técnica Nacional de Biossegurança 	3.	
 Exercício das atividades de engenharia genética Fiscalização e engenharia genética Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 Restrições das atividades relacionadas com OGM Clonagem Monitoramento das atividades relacionadas com OGM Conselho Nacional de Biossegurança Comissão Técnica Nacional de Biossegurança 	4.	Objetivos da Lei n. 11.105/2005
 Fiscalização e engenharia genética Registro dos produtos que utilizam OGM e a autorização para descarte Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 Restrições das atividades relacionadas com OGM Clonagem Monitoramento das atividades relacionadas com OGM Conselho Nacional de Biossegurança Comissão Técnica Nacional de Biossegurança 	5.	
carte 8. Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005 9. Restrições das atividades relacionadas com OGM 10. Clonagem 11. Monitoramento das atividades relacionadas com OGM 12. Conselho Nacional de Biossegurança 13. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	6.	
8. Atividades não incluídas na Lei n. 11.105/2005	7.	
 Restrições das atividades relacionadas com OGM	8.	
 10. Clonagem		
11. Monitoramento das atividades relacionadas com OGM		
12. Conselho Nacional de Biossegurança13. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança		
13. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança		
15. Direito à informação		

Seção III Células-tronco e STF

1.	Uso de células-tronco embrionárias em pesquisa e terapia		
2.	Células-tronco embrionárias		
3.	Aplicação das células-tronco embrionárias		
4.	Células-tronco embrionárias — Uma contribuição à humanidade		
5.	Países que permitem a pesquisa com células-tronco embrionárias		
6.	Quando começa a vida?		
7.	A Constituição Federal e a proteção da vida		
8.	Religião versus ciência.		
9.	Censo sobre a quantidade de células-tronco embrionárias disponí-		
	vel para pesquisa		
	Seção IV		
	Transgênicos		
1.	Alimentos transgênicos		
2.	Vantagens e desvantagens da produção de alimentos transgênicos		
3.	O Brasil e os alimentos transgênicos		
4.	Rotulagem de alimentos transgênicos		
5.	Exigência do EPIA/RIMA para liberação ou descarte de alimentos		
	transgênicos no meio ambiente		
6.	Infrações penais		
	-		
	Capítulo IX		
	ZONA COSTEIRA		
	Seção I		
	Noções introdutórias		
1.	Zona costeira		
2.	Orla marinha		
3.	Oceanos (alto-mar)		
4.	Poluição marinha		
	4.1. Acidente.		
	4.2. Lixo		
	4.3. Emissário		
	4.4. Água de lastro		
5.	Instrumentos legais de defesa da zona costeira		
6.	Uso e acesso às praias		

7. 8.	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) Estudo prévio de impacto ambiental (EPIA/RIMA) e licencia-
٠.	mento
9.	Uso sustentável dos apicuns e salgados
	<i>Seção II</i> Ação civil pública e zona costeira
1.	O Ministério Público paulista move ação civil pública contra a descaracterização ambiental estética e paisagística dos costões das tartarugas no Guarujá
2.	Interessante decisão sobre a natureza jurídica dos manguezais — Jurisprudência
3.	Infrações administrativas e penais
	Capítulo X MINISTÉRIO PÚBLICO E MEIO AMBIENTE NATURAL
	Atuação do Ministério Público na proteção do meio ambiente natural
	Título VI TUTELA DO MEIO AMBIENTE CULTURAL
	Capítulo I PROTEÇÃO LEGAL
1. 2. 3. 4.	Meio ambiente cultural
	Capítulo II TOMBAMENTO
1.	Introdução
2. 3.	Natureza jurídica do tombamento e do bem tombado Órgãos responsáveis pelo tombamento
<i>3</i> .	Bens sujeitos ao tombamento
••	4.1. Bem público
	4.2 Bem privado

5.	Procedimento administrativo do tombamento
6.	
	6.1. Tombamento instituído por lei, por ato do Poder Executivo
	ou por decisão judicial
	6.2. Tombamento provisório e definitivo
	6.3. Alienação do bem tombado
	6.4. Autorização para a reforma de bem tombado
	6.5. Indenização do bem tombado
	6.6. Indenização pela demolição de bem de valor histórico (não
	tombado) e indenização de bem tombado (desapropriação in-
	direta) — Jurisprudência
	6.7. Isenção de IPTU de imóvel tombado — Jurisprudência
	6.8. Restrições quanto à construção ou à colocação de anúncios
	no entorno de bem tombado
7.	Registro e averbação de tombamentos definitivos e provisórios e de
	restrições próprias de imóveis reconhecidos como integrantes do pa-
	trimônio cultural e imóveis situados na vizinhança daqueles (Provi-
	mento CG n. 21/2007)
l.	BENS DE VALOR CULTURAL E NATURAL DA HUMANIDADE Declaração de bem de valor cultural e natural como patrimônio
	mundial
	1.1. Patrimônio cultural da humanidade
	1.2. Patrimônio natural da humanidade
2.	Objetivo da proteção do patrimônio cultural e natural da humani-
	dade
3.	Soberania nacional
4.	Lista de alguns bens brasileiros declarados como patrimônio cultu-
	ral e natural da humanidade
5.	Proteção do patrimônio natural e cultural da humanidade: ecotu-
	rismo e sustentabilidade
5.	Infrações administrativas e penais
	Capítulo IV
	MINISTÉRIO PÚBLICO E MEIO AMBIENTE CULTURAL
	Atuação do Ministério Público paulista na proteção do meio am-
	biente cultural

TÍTULO VII TUTELA DO MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL

Capítulo I POLÍTICA URBANA

1.	Meio	ambiente artificial
	1.1. 1	População mundial
	1.2. l	População brasileira
2.	Instru	mentos legais de defesa do meio ambiente artificial
3.	Polític	ca de desenvolvimento urbano
	3.1.	Plano diretor e funções sociais
	3.2.	Usucapião urbano e rural
	3.3.	Funções sociais e municípios
	3.4.	Estado da população mundial urbana
		Globalização e pobreza
	3.6.	O papel dos municípios na gestão ambiental
4.	Estatu	ito da Cidade
	4.1.	Cidades sustentáveis
	4.2.	Objetivos da política urbana
	4.3.	Ordenação e controle do uso do solo
	4.4.	Instrumentos da política urbana
	4	4.4.1. Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EPIV)
	4	4.4.2. Outorga onerosa do direito de construir e de alteração
		de uso — STF declara constitucional lei do Município
		de Florianópolis/SC que instituiu o chamado "solo
		criado"
	4	4.4.3. Plano diretor
5.	O M	inistério Público paulista e o plano diretor
	5.1.	Planejamento estratégico do Ministério Público paulista para
		a área de urbanismo e habitação
	5.2.	Dados do IBGE sobre os municípios e a população
	5.3.	Inconstitucionalidade do art. 195, caput, da Constituição Esta-
		dual do Amapá
	5.4.	Aplicação do princípio da função social da propriedade urbana
6.	Infraç	ções administrativas e penais

CAPÍTULO II URBANISMO E SEUS PROBLEMAS

1.	Urbanismo e direito urbanístico		
2.	Parcelamento do solo urbano (loteamento e desmembramento)		
	2.1. Falta de licenciamento ambiental para implantação de lotea-		
	mento — Jurisprudência	792	
	2.2. Loteamento fechado — Questões polêmicas	793	
3.	O Ministério Público paulista e as favelas	795	
4.	Enchentes, desmoronamentos e deslizamentos	797	
	4.1. Danos causados pelas chuvas em São Paulo (2010 e 2011)	799	
	4.2. Danos causados pelas chuvas no Rio de Janeiro (2010 e 2011).	801	
	4.3. Centro de Gerenciamento de Emergências — CGE	803	
	4.4. INPE adquire supercomputador para prever chuvas e desas-		
	tres naturais	804	
	4.5. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	805	
5.	Regularização fundiária e urbanização	806	
6.	Construção de piscinões para captação de águas pluviais	808	
7.	Meio de transporte (trânsito, circulação, acessibilidade e mobilidade)	810	
8.	O Ministério Público e o Shopping JK Iguatemi	813	
9.	Infrações administrativas e penais	815	
	Captron a III		
	CAPITULO III		
	ARBORIZAÇÃO URBANA		
1.	Arborização urbana	816	
2.	Evolver da função histórica das áreas verdes	816	
3.	Espaços verdes de lazer e de recreação	817	
4.	Importância do estudo da arborização urbana no direito ambiental	818	
5.	O papel do Poder Público na questão da arborização urbana	819	
6.	Critérios para a escolha de árvores (algumas recomendações)	820	
7.	Conceito legal de vegetação de porte arbóreo e áreas de preservação		
	permanente	821	
8.	Supressão de florestas e demais formas de vegetação em áreas de		
	preservação permanente e supressão e poda de vegetação de porte		
	arbóreo em propriedade pública ou privada	821	
9.	Arborização urbana e vandalismo	824	
10.	Beneficios da arborização	825	

11.	1. Experiências municipais		
12.	Infrações administrativas e penais	828	
	Capítulo IV		
	DIREITO AO SILÊNCIO URBANO		
1.	Direito ao silêncio urbano e poluição sonora	829	
1.	1.1. Danos à saúde humana causados pelos ruídos	830	
	1.2. Danos à saúde dos animais causados pelos ruídos	834	
2.	Instrumentos legais de controle da poluição sonora	835	
3.	Classificação e efeitos dos ruídos	839	
4.	Planejamento urbano	839	
5.	Responsabilidade pelos danos causados por ruídos	840	
6.	Nova Súmula 6 do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP).	841	
7.	Carta de Salvador	841	
8.	Ação civil pública e poluição sonora	843	
9.	Gestão administrativa do Ministério Público paulista e a poluição	0.0	
	sonora	844	
10	. Ministério Público paulista e volume excessivo de som emitido por		
10	veículos parados	845	
11	. Ministério Público pernambucano e poluição sonora	846	
	Infrações administrativas e penais	846	
1 2	. Intrações administrativas e penais	0.0	
	Capítulo V		
	ORDENAÇÃO DA PAISAGEM URBANA		
		0.45	
1.	, 1 0 1 7	847	
	1.1. Publicidade versus propaganda	848	
	1.2. Poluição visual causa danos psicológicos à população	848	
_	1.3. Outras formas de poluição visual e função social das cidades	849	
2.	A sociedade e a poluição visual	849	
3.	Instrumentos legais de controle da poluição visual	852	
4.	Objetivos e diretrizes da ordenação da paisagem urbana	853	
5.	Anúncio	854	
6.	O Poder Judiciário e a poluição visual	855	
7.	Instalação de anúncios de bem público municipal — Jurisprudência.	857	
8.	Infrações administrativas e penais	858	

CAPÍTULO VI LUMINOSIDADE ARTIFICIAL URBANA

1.	Luminosidade artificial urbana e poluição luminosa
2.	Danos à saúde humana
3.	Observatórios astronômicos e luminosidade "errada"
4.	Magnitude — escala de medição dos brilhos das estrelas
5.	Legislação pioneira da cidade de Campinas regula a matéria da lu-
	minosidade artificial urbana
6.	Infração penal
	Capítulo VII
	MINISTÉRIO PÚBLICO E MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL
1.	Atuação do Ministério Público na proteção do meio ambiente artificial
2.	
	Τίτυιο VIII
	TUTELA DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO
	Capítulo I
	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
1.	Meio ambiente do trabalho
2.	Instrumentos legais de defesa do meio ambiente do trabalho
3.	Segurança e saúde do trabalhador
4.	Sanções administrativas
5.	Acidentes e doenças do trabalho e Previdência Social
	Capítulo II
	MINISTÉRIO PÚBLICO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO
1.	Atuação do Ministério Público Federal na proteção do meio ambiente do trabalho
2.	Súmula do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (CSMP)
	• • •

TÍTULO IX TUTELA ADMINISTRATIVA DO MEIO AMBIENTE

Capítulo I INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

1.	Introdução	875
2.	Infração	876
3.	Agente autuante	877
4.	Requisitos do AIIPA	877
5.	Nulidades do AIIPA	878
6.	Medidas aplicadas pelo agente autuante	878
7.	Competência para lavrar AIIPA — Jurisprudência	879
8.	Princípio da legalidade	880
9.	Poder de polícia ambiental	880
10.	Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)	881
	Capítulo II	
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	
1.	Procedimento	883
2.	Fases	883
3.	Competência	884
4.	Prazos	884
5.	Prescrição	885
6.	Recursos	885
7.	Conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recu-	
	peração da qualidade ambiental	886
8.	Direito à publicidade	887
9.	Direito à informação	887
10.	Audiência pública	888
	Capítulo III	
	SANÇÃO ADMINISTRATIVA	
1.	Sanção	889
2.	Destinação dos valores arrecadados em pagamento de multas	891
3.	Algumas multas aplicadas por órgãos ambientais	891

TÍTULO X TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I PARTE GERAL

1.	Introdução	895		
2.	Antecedentes históricos			
3.	Normas gerais de integração			
4.	Prazo da entrada em vigor da lei	897		
5.	Conteúdo da lei	898		
6.	Razões dos vetos			
7.	Sujeitos do crime	899		
	7.1. Responsabilidade penal da pessoa física	899		
	7.2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	900		
	7.3. Dosimetria da pena	901		
	7.4. Sujeito passivo	901		
	7.5. Concurso de pessoas	902		
8.	Crime de perigo e de dano	902		
9.	Elemento subjetivo do tipo: dolo e culpa	903		
10.	Elemento normativo	903		
11.	Normas penais em branco ambientais	904		
12.	Apreensão do produto e do instrumento de infração administrati-			
	va ou de crime	905		
	Capítulo II			
	PROCESSO PENAL AMBIENTAL			
1.	Ação penal	906		
2.	Processo penal	906		
3.	Competência judicial para processar e julgar os crimes contra o			
	meio ambiente	906		
4.	Reparação do dano ambiental	909		
5.	Lei dos Juizados Especiais Criminais	910		
6.	Prova e questões prejudiciais	911		
	Capítulo III			
	CRIMES EM ESPÉCIE			
1.	Tipos penais em espécie	913		
2.	Dos crimes contra a fauna	913		

3.	Dos crimes contra a flora
4.	Do crime de poluição e outros crimes ambientais
	4.1. Conduta punível
	4.2. Crimes relacionados com a poluição da água e do ar
	4.3. Outros crimes ambientais
5.	Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural
6.	Dos crimes contra a administração ambiental
7.	Considerações finais
	Τίτυιο ΧΙ
	TUTELA INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE
	Capítulo I
	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
1.	Direito internacional do meio ambiente
2.	Fontes do direito internacional do meio ambiente
3.	Documentos internacionais
4.	Evolução histórica da política ambiental internacional
	Capítulo II
	CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE MEIO AMBIENT
1.	Introdução
2.	Conferência de Estocolmo (1972)
3.	,
	3.1. Convenção-quadro sobre mudança climática — Protocolo
	de Kioto
	3.2. Convenção sobre diversidade biológica — Protocolo de Na-
	goya
	3.3. Agenda 21
4.	Cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável (Rio+10)
5.	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Susten-
	tável (Rio+20)
	Capítulo III
	INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DO
	MEIO AMBIENTE
1.	Introdução
	•

2.	International for Standardization Organization — ISO
	2.1. Normas da série ISO 14000
	2.2. Normas da série ISO 14040
	2.3. Normas da série ISO 26000. 94
3.	Cooperação internacional
4.	Dos crimes internacionais em matéria ambiental
5.	Mercosul e meio ambiente
6.	Tribunal de Justiça Internacional 94
	Livro II
	Direito Processual
	Τίτυιο Ι
	TUTELA PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE
	Continue
	CAPÍTULO I
	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
	Seção I
	Ação civil pública ambiental
1.	Introdução
2.	Ação civil pública, interesses difusos, interesses coletivos e interesses
	individuais homogêneos
3.	Legitimidade ativa e passiva
4.	Interesse processual
5.	Objeto de defesa da ação civil pública
6.	Atuação do Ministério Público na defesa dos interesses individuais
	homogêneos
7.	Litisconsórcio e assistência
8.	Intervenção do Ministério Público em caso de desistência ou aban-
	dono da ação
9.	Intervenção de terceiros
10.	Competência
	Rito processual
12.	Perícia96
	Sentença (provimentos jurisdicionais e ações cautelares)
	Multa diária e liminar
	Tutela provisória

16.	Onus da sucumbência e litigância de má-fé
17.	Custas processuais
18.	Inversão do ônus da prova
19.	Recursos.
2 0.	Coisa julgada
21.	Prescrição da ação civil pública ambiental
22.	Execução e fundo para a reconstituição dos bens lesados
	Seção II
	Inquérito civil ambiental
	inquento civil ambiental
1.	Inquérito civil
2.	Conceito e natureza
3.	Finalidade e princípios
4.	Competência e objeto
5.	Fases: instauração, instrução e conclusão
6.	Poderes instrutórios
7.	Arquivamento e desarquivamento
8.	Recursos.
9.	Controle de legalidade
10.	Recomendações
	Seção III
	Transação e termo de ajustamento de conduta
	manisação e termo de ajustamento de conduta
1.	Introdução
2.	Natureza jurídica do TAC
3.	Características do TAC
4.	Homologação pelo CSMP
5.	Descumprimento do TAC
6.	Recomendação
	•
	Capítulo II
	AÇÃO CIVIL DE RESPONSABILIDADE POR IMPROBIDADE
	ADMINISTRATIVA AMBIENTAL
1.	Introdução
2.	Improbidade administrativa
3.	Sujeitos ativo e passivo da improbidade administrativa
<i>3</i> .	Tipicidade

5.	Sanções	981
6.	Aspectos procedimentais	982
7.	Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público paulista contra	
	ato da prefeitura que alterava o plano diretor — Jurisprudência	983
	Capítulo III	
	OUTROS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS AMBIENTAIS	
1.	Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo am-	
	biental	984
2.	Ação popular ambiental	984
3.	Mandado de segurança coletivo ambiental	984
4.	Mandado de injunção ambiental	985
	Capítulo IV	
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
1.	O Poder Judiciário e a questão ambiental	986
2.	Juízo arbitral ou arbitragem ambiental	988
3.	Reconstituição natural da área degradada: crítica ao seu abandono	989
4.	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
	Estado de São Paulo (CSMP) relacionadas ao meio ambiente	990
Bi	Bibliografia	